



NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E A AGRICULTURA FAMILIAR NO LITORAL DO PARANÁ: IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E PSICOLÓGICAS

New coronavirus (COVID-19) and family agriculture in the Coast of Paraná: economic, social and psychological implications

Adilson Anacleto ¹, Emmanuel Lehn Frare ² e João Vitor Batista das Neves ³

RESUMO

Visando subsidiar uma melhor compreensão do cenário atual da crise instalada pelo Novo Coronavírus no campo, apresenta-se o resultado de uma pesquisa exploratória descritiva junto a 21 pequenos produtores rurais no litoral do Paraná. Os resultados evidenciaram que a pandemia gerou uma redução na renda familiar na ordem de 63,4%. O temor pelo futuro gerou implicações psicológicas, tendo sido registrados quadros marcados pelo medo, tensão e desconfiança, porém não houve evolução para quadros depressivos. Ademais, as novas tecnologias e redes sociais se apresentaram como as principais formas de atingir o distante consumidor, tendo as novas gerações assumido um papel comercial nas vendas, sendo essas medidas apontadas como a principal ação de enfrentamento à pandemia. A partir desse contexto, urge que seja pensado pelos produtores rurais o fortalecimento da classe, o que pode conferir maior poder de barganha, e que se façam ter visibilidade, visto que essa é uma situação ainda não percebida pelo poder público nesse período de pandemia causado pelo Novo Coronavírus.

Palavras-chave: Economia. Pandemia. Agroecologia. Agricultura orgânica.

¹ Professor associado do Colegiado de Administração, Professor permanente do Programa de Mestrado em Ambientes Litorâneos e Insulares (PPG-ALI) e do Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Universidade Estadual do Paraná - Unespar, E-mail: adilson.anacleto@unespar.edu.br

² Pesquisador de iniciação científica do Colegiado de Administração da Unespar, Campus de Paranaguá. E-mail: emmanuel.frare@unespar.edu.br

³ Pesquisador de iniciação científica do Colegiado de Administração da Unespar, Campus de Paranaguá. E-mail: joao.vitor@unespar.edu.br

ABSTRACT

In order to support a better understanding of the current scenario of the crisis installed by the new coronavirus in the field, a result of descriptive exploratory research with 21 small rural producers on the Coast of Paraná is presented. The results showed that the pandemic generated a reduction in family income in the order of 63.4%. The fear for the future generated psychological implications, with conditions such as fear, tension and distrust having been registered, but there was no evolution to depressive conditions. The new technologies and social networks, presented themselves as the main ways to reach the distant consumer, the new generations assumed a commercial role in sales, and these measures were identified as the main action to confront the pandemic. It is urgent that rural producers think about strengthening the class that can confer greater bargaining power, and that they make themselves visible, a situation not yet perceived by the public authorities in this pandemic period caused by the new coronavirus.

Keywords: Economy. Pandemic. Agroecology. Organic Agriculture.

Recebido em: 19/06/2020

Aceito para publicação em: 05/02/2021

Correspondência para:

adilson.anacleto@unespar.edu.br

Introdução

O mundo conheceu uma nova ameaça à saúde humana ao final do ano de 2019, que se proliferou logo no início de 2020 (BRASIL, 2020). A origem da doença foi registrada na China (ZHU et al., 2020), onde foi identificado um novo tipo de doença virótica, cuja letalidade foi confirmada pela Organização Mundial da Saúde, tendo sido esse Novo Coronavírus denominado SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19 (OMS, 2020).

Os sintomas da COVID-19, podem evoluir rapidamente para uma pneumonia severa, ocorrendo sua proliferação, principalmente, pelo trato respiratório, gotículas de tosse, secreções respiratórias e contato direto, sendo essa tipologia de vírus altamente transmissível entre seres humanos (THULER e MELO, 2020). Apesar da letalidade e velocidade de proliferação, ainda não há tratamento eficaz em sua totalidade, tampouco um medicamento específico para tratar ou prevenir a Covid-19 (OLIVEIRA, 2020).

A pandemia que afetou a China evoluiu rapidamente para a Europa e, posteriormente, para outros continentes sem que existam medidas curativas eficientes para tratar os doentes. Até o momento, o isolamento social surgiu como alternativa principal no controle profilático da doença.

Apesar de ser eficiente no que se refere à contenção do avanço do vírus, o isolamento tem afetado a economia global em virtude da retração na demanda de bens e serviços, o que é resultado da quarentena adotada como política de isolamento social que, apesar de ser necessário, segundo a Organização Mundial do Comércio, promoverá um recuo no comércio global na ordem de 13% a 32% em 2020 (OMC, 2020).

O Brasil registrou o primeiro caso do Novo Coronavírus no dia 29 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020) e, em pouco espaço de tempo, outras regiões do Brasil também começaram a contabilizar seus primeiros registros de infectados.

O litoral do Paraná, segundo a Secretaria de Estado da Saúde (PARANÁ, 2020), registrou o primeiro caso no dia 30 de março, visto que medidas de contingenciamento social já haviam sido empreendidas na região desde o primeiro dia de março. A quarentena iniciada ainda no início do mês de abril obrigou que o poder público proibisse a realização de todas as feiras de agricultores, bem como forçou que pequenos comércios varejistas de hortifrúti tivessem as portas temporariamente fechadas.

As ações de combate à proliferação do Novo Coronavírus provocaram fortes impactos no meio rural, em especial, atingindo os pequenos produtores rurais praticantes da agricultura familiar que participavam das feiras, que é o principal canal de escoamento da produção, e principal fonte de renda das famílias. Além disso, o fechamento das feiras provocou fortes impactos nos pequenos produtores rurais que forneciam seus produtos para restaurantes, lanchonetes, mercados municipais e vendedores informais ao longo da rodovia BR 277, que conta com grande fluxo de veículos e é uma tradicional rota de turistas.

A agricultura familiar tem sido, historicamente, a responsável pela maior parte da produção de alimentos básicos no Brasil e representa 85,2% do total dos estabelecimentos rurais (CURVELO et al., 2016; SERVILHA e DOULA, 2009). Além disso, esse tipo de agricultura tem uma relevante característica no que tange à sua função social, que é a geração de renda em nível localizado, visto que a comercialização dos produtos agropecuários pode ser realizada de maneira mais complexa nos mercados, quitandas e outros intermediários ou, ainda, de maneira mais direta, como é o caso das feiras livres (CURVELO et al., 2016).

Assim, diante do isolamento social de seus consumidores, e diante da impossibilidade de comercializar seus produtos e, conseqüentemente, da precariedade dos mesmos, os pequenos agricultores residentes no litoral do Paraná sofreram duros reveses na geração de renda familiar decorrente da ausência de consumidores.

Segundo Anacleto e Prazeres (2020), os adventos da crise relacionada à pandemia, no que tange aos pequenos empreendedores, como é o caso da agricultura familiar, são fases temporais que

exigem por parte dos afetados profundas reflexões e cuidadosa análise do ambiente que se faz instalado, bem como acerca das implicações que o cenário pode infligir aos seus quanto à geração de renda e aos impactos que podem provocar na propriedade. Conforme asseveram os autores, a compreensão de um cenário em tempos de crise pode ser mais facilmente obtida a partir da autopercepção dos envolvidos e das formas de atuação em relação a seus empreendimentos. Ainda de acordo com os referidos autores, a partir desse conhecimento híbrido entre o novo momento e as características dos agricultores familiares, é possível a proposição de ações de enfrentamento no período de pandemia e que possam favorecer o relacionamento colaborativo entre o agricultor e clientes, proporcionando a continuidade de geração da renda familiar e mantendo a produção de alimentos.

Assim, com vistas a subsidiar uma melhor compreensão do cenário atual da crise instalada pelo Novo Coronavírus entre pequenos agricultores familiares no litoral do Paraná, apresenta-se o resultado de uma pesquisa que buscou analisar os impactos da crise nas pequenas propriedades no que tange às implicações econômicas, sociais e psicológicas, bem como as ações de enfrentamento adotadas na produção e comércio de alimentos no campo.

Metodologia

Natureza do estudo

A metodologia foi realizada em uma pesquisa exploratória descritiva. Quanto à natureza, a pesquisa é qualitativa em função de que foi utilizada a coleta de dados com base na autopercepção dos agricultores familiares entrevistados sem se preocupar com o uso de técnicas estatísticas.

O estudo, então, visou organizar um diagnóstico rural acerca da situação atualmente vivida diante da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) junto a 21 produtores familiares entre abril e maio de 2020.

Caracterização da região do estudo

O litoral paranaense é região de ocorrência natural da Floresta Atlântica, englobando grande riqueza natural e cultural. Na região, a incidência de uso e ocupação do solo rural, segundo Anacleto et al. (2017), ocorre, em sua maioria, por lavouras temporárias de subsistência, como milho, feijão, mandioca, cana de açúcar, abóbora, arroz, taiá, palmito Jussara, além de produção de frutas e verduras em geral, sendo o excedente comercializado. Ainda segundo os autores, apenas 3,5% do solo é ocupado por lavouras permanentes, sendo a banana o principal produto comercial. Além disso, aproximadamente, 29% do solo da região é coberto com florestas nativas onde são exercidos o extrativismo vegetal, a caça e a pesca. Essa situação de multiplicidade de atividades gera também um quadro de complexidades socioambientais que inclui desmatamento para práticas agropecuárias não recomendadas (bovinos e bubalinocultura), uso de agrotóxicos não permitidos e a extração clandestina de recursos florestais, representando todos distintos graus de intervenção ambiental.

Escolha do local da pesquisa

As comunidades rurais de Colônia Maria Luiza, Morro Inglês, Santa Cruz, Quintilha e São Luiz estão localizadas no município de Paranaguá, que é cidade polo regional no litoral do Paraná (25°37'51.883"S 48°36'48.779"W), especificamente, na planície do litoral do Paraná, com média entre 14 e a 28 m de altitude em relação ao nível do mar. O clima é tipo Af de Köppen, sendo descrito como Tropical Superúmido, variando as precipitações médias anuais entre 2.000 mm e 2.500 mm, e a temperatura média anual é de, aproximadamente, 20,5°C (IAPAR, 2000). Os solos variam em dois compartimentos bem distintos, sendo possível encontrar cambissolos pouco profundos (50 a 100 cm) provenientes do desgaste das montanhas, além de sedimentos mais arenosos de caráter álico.



Figura 1. Localização geográfica das comunidades rurais de Colônia Maria Luiza, Morro Inglês, Santa Cruz, Quintilha e São Luiz. Paranaguá - Paraná.

As comunidades ficam distantes, em média, 18km da sede do município e as linhas de ônibus são poucas por dia e passam apenas pelas rodovias PR 508 e BR 277, sendo ainda, após a margem da rodovia, necessário percorrer, em média, 2,5 km de estrada não pavimentada até as propriedades rurais.

A escolha do local do estudo deu-se por dois motivos prioritários. O primeiro, por se tratar de comunidade de agricultura familiar com longa tradição em cultivos agroecológicos. O segundo fator diz respeito a que o sistema de comercialização e coordenação se encontra sob a responsabilidade da Associação dos Produtores Rurais do Município de Paranaguá-APRUMPAR, que é formada por cerca de 70 associados e, desse total, 21 famílias são residentes na região, o que dá uma representatividade de 30% do quadro de associados, portanto, avaliada como significativa.

Período das visitas, coleta e análise dos dados

Para a coleta de dados, utilizou-se como instrumento a entrevista semiestruturada (VERGARA, 2015). A entrevista em questão foi realizada nos locais de residência dos agricultores que concordaram voluntariamente em participar da pesquisa e consentiram para que o processo de gravação fosse executado.

A coleta de dados no campo foi realizada, mantendo os padrões de distanciamento social para evitar o contato entre entrevistados e pesquisadores. Além disso, a entrevista também adotou os padrões recomendados pelas autoridades sanitárias competentes, como o uso de máscaras e o controle de temperatura antes de qualquer visita. Cumpre destacar que o procedimento realizado em campo ocorreu em consonância com as autorizações do poder público responsável pela questão no litoral do Paraná.

Inicialmente, os entrevistados responderam perguntas acerca do perfil socioeconômico no que se refere à faixa etária, tempo de atuação na agricultura e tipos de cultivo, além dos principais produtos comercializados. Posteriormente, os agricultores responderam questões sobre os impactos da pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus no cultivo, comercialização, bem como sobre os impactos psicológicos na percepção deles.

Após ser finalizada a coleta de dados, de acordo com o proposto por Vergara (2015), foi adotada a análise interpretativa, a qual foi realizada por meio da técnica de triangulação de dados com agrupamentos similares, sendo o foco classificar elementos que pudessem ser percebidos como similares ou relativamente homogêneos com base no conjunto de questões pesquisadas. Assim, buscou-se homogeneizar os objetos possíveis dentro de grupos e, simultaneamente, maximizar a heterogeneidade entre o grupo investigado.

Resultados

O estudo revelou que, entre os entrevistados, houve leve predominância de homens (n=53%). No que se refere ao estado civil, as pessoas casadas eram ampla maioria (n=81%), seguidas por aqueles que formalmente se encontravam em regime de União Estável (n=9%) e por pessoas solteiras e divorciadas, apresentando ambos os grupos uma menor incidência (n=5% cada).

Prosseguindo na análise, verificou-se que a idade média era de 49,9 anos, dividindo-se a escolaridade em apenas dois grupos: com ensino fundamental (n=37%) e com ensino médio (n=63%), que era a formação da maioria dos entrevistados.

No que tange à mão de obra nas atividades de produção e comércio, as propriedades tinham, em média, 13,29 hectares, sendo utilizadas, em média, 3,33 pessoas no trabalho no campo. Além disso, a maioria da forma de trabalho era de origem familiar (n=86%) que, esporadicamente, contratava trabalhadores rurais em períodos específicos conforme demanda de colheita ou de produção de conservas.

A totalidade das propriedades visitadas eram classificadas como pequenas propriedades e desenvolviam muitas atividades produtivas, com destaque para a produção e transformação do palmito cultivado de pupunha (n=42%), produção e comércio de banana (n=38%) e aipim (n=38%), bem como foram registrados os cultivos de verduras, frutas, cara, inhame e cana. Além disso, foi registrada em todas as propriedades a criação de pequenos animais, além da criação de aves poedeiras, apicultura e piscicultura, sendo em todos os casos para consumo e comércio do excedente.

Ainda conforme verificado, a renda média obtida, na maioria dos casos (n=68%), era de até 3 salários mínimos, entretanto, também foram evidenciados produtores com renda acima dessa média (n=32%), os quais auferiam renda média mensal de até 5 salários mínimos.

As limitações sociais impostas pela pandemia foram classificadas pela totalidade dos entrevistados como severa, tendo afetado os agricultores familiares no que diz respeito aos aspectos econômicos e psicológicos.

Entre os entrevistados, apenas dois relataram que não houve queda nas vendas devido ao fato de que, nesses casos, a comercialização era realizada diretamente com os supermercados, os quais não sofreram restrições de funcionamento após o início da pandemia. Entretanto, nas outras propriedades, foi registrada uma queda de vendas, em média, de 63,4%, o que impactou profundamente a renda das famílias. Essa queda nas vendas foi provocada, em especial, pela ausência dos consumidores, o que também provocou alterações nos canais de comercialização, tendo sido observada significativa redução dos canais de venda direta ao consumidor, como as feiras e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Além disso, após o início da pandemia, também foi registrada a elevação de vendas aos varejistas e o surgimento de um novo canal de comercialização, o de entregas (*delivery*) diretamente na casa dos clientes. Nesse caso, a totalidade dos entrevistados utilizavam as redes sociais, como *Facebook* e *WhatsApp*, para o contato com os clientes, sendo essas as estratégias principais adotadas pela totalidade dos entrevistados (Figura 2).

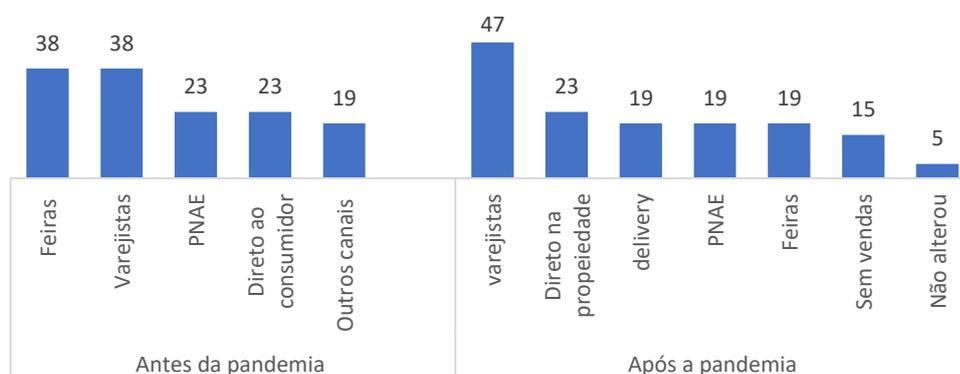


Figura 2 - Principais canais de comercialização e % de vendas por pequenos produtores rurais no litoral do Paraná anterior e posterior a 30 dias após o início da quarentena da pandemia de COVID 19 (n=21).

Questões com múltiplas respostas

A alteração profunda das formas de oferta e comércio da produção rural ampliou as relações familiares no campo, dado que as novas gerações compostas pelos filhos e até netos dos agricultores, por serem mais acostumados ao uso das tecnologias digitais, assumiram no contexto familiar um protagonismo nas relações comerciais e de interlocução com os consumidores, organizando os pedidos e roteiros de entrega da produção.

Ademais, apenas um dos entrevistados teve que acessar empréstimos para honrar seus compromissos financeiros e dívidas, bem como, em apenas um dos casos, foi relatada a dispensa de mão de obra contratada.

No que se refere ao preparo para o enfrentamento ao período da pandemia, a minoria dos entrevistados (n=10%) fez algum tipo de curso ou capacitação que pudesse auxiliá-los em suas atividades de produção e comércio e gerar algum tipo de alteração da situação de queda de lucratividade. Provavelmente, a baixa busca por capacitação em alternativas de enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus pode estar relacionada à distância que se encontram as comunidades dos centros urbanos, bem como à dificuldade de acesso à internet no campo.

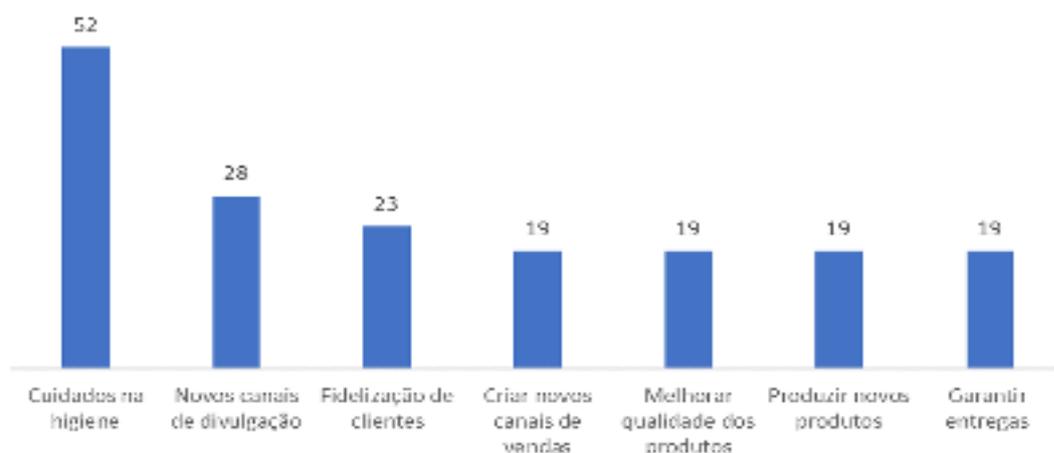


Figura 3 - Comportamentos mais relevantes que os produtores rurais consideram desenvolver para conduzir seu empreendimento rural após o início da quarentena da pandemia de COVID 19 (n=21).

Entretanto, apesar da dificuldade de acesso à informação, a preocupação com a pandemia é uma realidade no meio rural, dado que, entre as principais características que os produtores rurais consideram as mais relevantes, e que os mesmos precisam desenvolver para conduzir seu empreendimento na nova realidade, o destaque foi, em especial, para os cuidados com a higienização com o fim de evitar a propagação do vírus (Figura 3) e, posteriormente, estabelecer novas formas de comercialização.

Outro fator relevante é que a totalidade dos entrevistados não percebiam a atuação do Estado em seus vários níveis na proteção ou auxílio ao ambiente rural. Pela mídia, tiveram acesso às formas de profilaxia, às ações de socorro às pessoas em vulnerabilidade, à previsão do comportamento do vírus e às recomendações de isolamento, porém, não perceberam ações e orientações direcionadas à agricultura, o que gerou a sensação de invisibilidade perante o poder público.

A falta de informação, atrelada à ausência do Estado e aos prejuízos com as safras que se perderam e não puderam ser comercializadas, causou entre os entrevistados (n=90%) preocupações no que tange ao futuro. Em decorrência, foram percebidas alterações comportamentais, como no sono; e nos sentimentos, como o humor, o medo, o temor e a constante preocupação com a situação presente e futura, o que provocou um processo de ansiedade e até de agonia.

Discussão

A pandemia de COVID-19 alterou profundamente a forma de produção e comércio de alimentos no mundo. Assim, os países têm trabalhado incessantemente na busca por manter intactas e operar com eficiência as cadeias alimentares para que o pânico pela falta de alimentação seja minimizado, conforme relatado por Kerr (2020). Ainda segundo o autor, ocorre nos países fortemente acometidos pela pandemia uma constante preocupação pelo fortalecimento das cadeias agroalimentares, no entanto, essa tendência descrita para outros países não é, aparentemente, percebida pelos produtores familiares no litoral do Paraná.

O governo brasileiro, por meio da Lei nº 13.982 (BRASIL, 2020), disponibilizou, aos que cumpram os pré-requisitos, o valor de R\$ 600,00, que é popularmente tratado como coronavoucher, cujo objetivo do auxílio é aliviar os impactos econômicos causados pelo coronavírus. Além disso, foram criadas outras formas de socorro aos atingidos pela pandemia, como o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que oferece uma linha de crédito de 40 bilhões de reais para que pequenas e médias empresas possam honrar com suas folhas de pagamento. Em contrapartida, as empresas não poderão demitir funcionários por um período de dois meses, porém, no que se refere ao ambiente rural, as proposições de socorro, até o momento, são excludentes aos produtores familiares.

No âmbito estadual, o Governo do Estado do Paraná também divulgou ações e medidas com o fim de reduzir os impactos da pandemia na forma de medidas econômicas emergenciais direcionadas a famílias socialmente vulneráveis, como a prorrogação do prazo para pagamento do ICMS, renovação do programa de incentivos fiscais, linhas de crédito facilitadas, linhas de crédito do Fomento Paraná e tarifas sociais relacionadas à água, esgoto, iluminação e ao sistema de financiamento da habitação estadual. Entretanto, as medidas foram direcionadas apenas ao cidadão residente em áreas urbanas, permanecendo a área rural invisível ante os olhos do Estado (PARANÁ, 2020).

Ainda na esfera estadual, outras ações do Governo impactaram o meio rural no litoral do Paraná, por meio do Decreto nº 4.388, de 30 de março de 2020 (PARANÁ, 2020), que estabeleceu como atividades não essenciais os restaurantes, as lanchonetes e as feiras do produtor, cujas atividades somadas representavam significativo percentual (n=63,4%) do escoamento da produção da agricultura familiar regional.

Em outra frente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se apresentou relevante no processo de escoamento e comércio da produção dos agricultores familiares, dado que houve a continuidade de compra dos produtos e, assim, ocorreu geração de renda às famílias. No entanto, as vendas do PNAE no litoral do Paraná poderiam ser ampliadas, visto que ainda existem escolas que poderiam ser atendidas com a produção local.

Segundo Araújo et al. (2019), os municípios devem adquirir no mínimo 30% do montante na compra de alimentos oriundos da agricultura familiar local para a alimentação escolar, devido a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. No entanto, apenas 44,4% dos municípios brasileiros atingem esse percentual e, dentre as dificuldades relatadas para a efetivação de níveis maiores de aquisição, é possível destacar a falta de diversidade da oferta e a estrutura nas propriedades com pouca capacidade de produção para o atendimento das demandas da escola. Destaca-se que um dos entraves mais difíceis para o pequeno produtor transpor é justamente o processo burocrático que, nesse período de pandemia, necessita de ajustes de forma que facilite a inserção de novos agricultores no processo comercial. Apesar de o PNAE ter sido relevante, o programa não foi compreendido pelos agricultores familiares como uma ação governamental de socorro aos problemas decorrentes da pandemia junto ao meio rural, dado que as ações já ocorriam antes do advento da Covid 19 e, assim, apesar de relevantes, foram apenas mantidas.

A insuficiência de ações específicas para o meio rural emanadas do Governo Federal, bem como do Governo Estadual, fez com que surgissem as maiores dúvidas acerca do futuro e, a partir desse

ponto, segundo a totalidade dos entrevistados, foi gerada forte ansiedade diante da impossibilidade ou possibilidade apenas parcial de comércio e a ausência de políticas públicas direcionadas ao meio rural.

À medida que parte das safras foram perdidas pela impossibilidade de deslocamento e comércio, o sentimento de tristeza se ampliou na região objeto deste estudo, tendo sido fortemente significativa para parte dos entrevistados (n=32%). Esses agricultores, sem possibilidade de estocagem, foram obrigados a usar a safra, especialmente, as verduras perecíveis, como alimento para criações como porcos, bois e aves ou, ainda, tiveram que proceder à aração e à incorporação dos produtos prontos para a colheita no solo para que, ao menos, pudessem ser utilizados como adubo verde, que é uma prática comum na região, mas não da forma como ocorreu nessa fase de pandemia.

O grande esforço na produção de hortaliças, o investimento de tempo, o trabalho e a posterior perda do produto geraram entre os entrevistados a sensação de abandono por todas as esferas do poder público. Ainda na década de 1990, Arruda (1999) já alertava que as comunidades rurais eram desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que poderiam oferecer a elaboração de políticas públicas regionais. Segundo Ferreira et al. (2011), essa situação de invisibilidade ainda permanece na esfera do Poder Público em razão, especialmente, do fraco poder econômico e da ausência de organização e representatividade política dessas comunidades.

A provável explicação para a invisibilidade do meio rural no socorro às dificuldades geradas pela pandemia pelas várias esferas do poder público brasileiro é de que o governo não dispõe de recursos, em função do elevado déficit público, para financiar as políticas sociais. No entanto, conforme apontam Ferreira Junior e Santa Rita (2020), o argumento deve ser questionado, dado que da eficácia da intervenção do Estado na economia e de outras medidas dependerá a capacidade de sobrevivência das empresas, das instituições e, em especial, das famílias, estejam elas nas áreas urbanas ou no campo.

A alegação de poucas fontes de recursos para as despesas do governo no socorro à população em tempos de crise com o cenário instalado, segundo Resende e Serra (2020), é um falso problema, sendo resultado de um arcabouço teórico equivocados e anacrônico que foi erigido em dogma dos economistas hegemônicos. Assim, o argumento de que o governo não pode gastar se não dispuser de fontes fiscais é um mito transformado em dogma para, simplesmente, restringir a ação do Estado, sendo essa uma condição que se torna perversa em situações extraordinárias, como a atual pandemia, porque, ao impedir a adoção de políticas públicas indispensáveis para minorar a crise, o sofrimento das pessoas é inevitável e penoso.

No que tange aos fatores psicológicos, esses podem estar associados aos fatores sociais, visto que a totalidade dos entrevistados relatou a falta de contato com os clientes em suas relações sociais cotidianas, em especial, as famílias que participavam das feiras livres. No litoral do Paraná, existe um expressivo número de feiras em todas as cidades, as quais, segundo Curvelo et al. (2016), contribuem para o desenvolvimento da economia regional, haja vista que 64% dos feirantes têm origem na agricultura familiar. Ainda segundo os autores, os espaços públicos destinados às feiras revelam dinâmicas sociais e culturais de forma espontânea da vida comunitária de muitas comunidades. Assim, as representações das feiras são complexas e envolvem muitas relações sociais, tendo sido observado por Curvelo et al. (2016) que as relações de amizade com os outros feirantes se constituíam em um dos fatores não monetários que mais proporcionavam satisfação aos feirantes.

Nesse sentido, a ausência do contato social pode ter provocado as alterações psicológicas relatadas neste estudo pelos entrevistados. Vasconcelos et al. (2020) descrevem que, no período da quarentena, diante da condição de adversidade diária, as pessoas podem desenvolver quadros como medo, tensão, raiva e desconfiança, sendo essas as condições percebidas a partir da percepção da maioria dos entrevistados. Ainda sobre os fatores psicológicos, estes podem evoluir do estresse pós-traumático para quadros mais severos, como, por exemplo, a depressão.

No entanto, o estudo não encontrou relatos entre os entrevistados sobre a evolução acentuada do estresse para depressão. A provável explicação para essa situação pode residir no fato de que, entre as estratégias de enfrentamento mais eficazes para tornar o período de quarentena menos adoecedor, segundo a Organização Mundial da Saúde (2020), é a prática de atividade física o que pode ajudar no

controle da ansiedade, ainda que em isolamento, criar rotinas e tarefas regulares como atividades diárias de limpeza, trabalho e momentos para o diálogo, interação familiar e a regularização do sono

Cumpram ressaltar que, segundo os entrevistados, devido ao isolamento natural do meio rural em relação ao urbano, as famílias, em sua totalidade, mantiveram suas atividades laborais. Assim, é provável que os afazeres diários ajudaram a combater o marasmo e a tristeza, muitas vezes, observados no meio urbano, conforme relata Vasconcelos et al. (2020).

O mundo, após o início da pandemia, se apresentou profundamente diferente e novo, sendo possível afirmar que ainda estamos caminhando rumo ao desconhecido. Assim, se esse processo ainda acontece, e apesar de incerto, já é possível também analisar que o campo já se mostra, também, diferente do que era poucos meses atrás. Essa afirmação é possível a partir dos relatos obtidos, a partir dos quais foi possível observar que, quase a totalidade das famílias visitadas, as novas gerações assumem um papel protagonista e catalizador no processo de sobrevivência da família no campo, o que vai além do diálogo de saberes e aprendizagens com os mais experientes pela oralidade.

À medida que as feiras foram temporariamente proibidas, iniciou-se a busca por novas formas de escoamento da produção do campo. Nesse sentido, as novas tecnologias e redes sociais se apresentaram como as principais formas de atingir o distante consumidor e, assim, a interlocução entre as diferentes gerações no campo nunca foi tão próxima. As novas gerações assumiram um papel comercial com o uso de aplicativos para oferta, contatos, pedidos e planejamento de entrega da produção rural, sendo essas medidas, apontadas como a principal ação de enfrentamento à pandemia, observadas entre os entrevistados.

Convém destacar que a prática, embora não possa ser aplicada a todos os níveis da agricultura, especialmente aos pequenos agricultores familiares, se mostrou eficiente e tem reduzido os impactos. No entanto, a solução em si tem trazido consigo novos problemas, dentre os quais, pode ser citado o risco do contágio no campo, já que, diante do isolamento, muitos consumidores têm se deslocado ao campo para buscar produtos orgânicos. Assim, o deslocamento da família tem duplo objetivo, que é a obtenção de alimentos de reconhecida qualidade e um “passeio” no campo. No entanto, apesar das medidas de profilaxia adotadas nas propriedades rurais, a venda direta nas propriedades tem elevado o risco de contágio das famílias rurais. Outro aspecto que tem gerado preocupação pelos entrevistados é a insegurança, dado o distanciamento entre as propriedades rurais, visto que nem sempre é possível prever a real intenção do comprador.

No que tange à expectativa acerca do pós-pandemia, apesar de o cenário ainda ser confuso, o estudo revelou que, entre os entrevistados, a maioria se revela esperançosa, sendo a prioridade a questão da profilaxia ao novo Coronavírus em atenção à saúde familiar (Figura 3). Entretanto, foi possível perceber uma reação ao cenário à medida que foi relatado o desejo da criação de novos canais de divulgação e vendas, novas formas de captação de clientes e melhoria da qualidade da produção, assim como diversificar a produção e os tipos de produtos ofertados atualmente.

O estudo revelou que, ainda que a agricultura familiar na região apresentasse forte vínculo com a produção de subsistência, os produtores rurais revelam o desejo de desenvolver ações mais proativas no sistema de produção e comércio de sua propriedade rural.

Assim, o diálogo dos saberes entre produtores e as novas gerações mais acostumadas com a tecnologia pode resultar em um movimento de pertencimento e parceria no campo. Segundo Breitenbach e Corazza (2019), os fatores culturais e familiares são essenciais para a permanência dos jovens no campo, onde, conforme os mesmos autores, os jovens têm acesso à educação e à valorização das tradições familiares, reduzindo-se as dificuldades e incertezas, bem como criando vínculos mais fortes de permanência dos indivíduos nos seus locais de origem.

Entretanto, não basta apenas o fortalecimento de uma cultura mais proativa na busca por mudanças no campo, visto que o produtor, de forma isolada em sua propriedade, pouco poderá mudar o cenário instalado. Machado et al. (2020) descrevem que a pandemia afeta mais intensamente o Brasil devido aos vários anos de falta de investimento em necessidades básicas, impedindo quaisquer medidas efetivas e concretas, uma vez que não são lucrativas o suficiente para serem financiadas, o que

reflete no mercado financeiro mundial, que é totalmente dependente da globalização. Além disso, devido à carência de uma infraestrutura universal de saúde que vá para além dos interesses capitalistas, está em um momento de pleno risco econômico, biológico e social. Ainda segundo Machado et al. (2020), o governo brasileiro, aparentemente, não tem um plano forte para a crise, o que preocupa os produtores com a retomada econômica, expondo, assim, as desigualdades e as carências.

Nesse contexto, urge que seja pensado pelos produtores rurais, dado que já se encontram organizados em associação, que esse processo de fortalecimento do tecido social seja efetivado com maior veemência. As práticas coletivas podem conferir maior poder de barganha aos agricultores familiares, conforme também relatado por Ferreira et al. (2011), à medida que, bem organizados, podem se relacionar com o poder público de forma que se faça com que tenham visibilidade, que ocorra a inclusão social, que lhes seja conferido o direito ao exercício da cidadania e à promoção da justiça social, o que ainda não está contemplado pelo poder público nesse período de pandemia causado pelo Novo Coronavírus.

Considerações finais

O advento da pandemia COVID 19 provocou queda nas vendas de, em média, 63,4% da produção agrícola entre os entrevistados, visto que a perda da produção, atrelada à insuficiência de ações específicas para o meio rural, gerou entre os agricultores a sensação de abandono por todas as esferas do poder público.

O temor pelo futuro gerou implicações psicológicas, tendo sido registrados quadros como medo, tensão e desconfiança, porém não ocorreu evolução para quadros depressivos. A provável explicação para essa situação pode residir no fato de que as famílias mantiveram suas atividades laborais, sendo plausível afirmar que os afazeres diários ajudaram a combater os efeitos psicológicos danosos e negativos.

As novas tecnologias e as redes sociais se apresentaram como as principais formas de atingir o distante consumidor. Nesse sentido, as novas gerações assumiram um papel comercial ao adotarem as redes sociais como ferramenta para as vendas, sendo essas medidas apontadas como a principal ação de enfrentamento à pandemia.

Ademais, urge que seja pensado pelos produtores rurais o fortalecimento da classe, podendo as práticas coletivas conferir maior poder de barganha junto ao poder público de forma que tenham visibilidade, sendo essa uma situação ainda não percebida pelo poder público nesse período de pandemia causado pelo novo Coronavírus.

Referências bibliográficas

- ANACLETO, A.; et al. Extractive traditional rural communities from Atlantic rainforest: an approach on families who live in the territory of the environmental Protection Area of Guaratuba in Paraná Coast–Brazil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 7, p. 4-10, 2017.
- ANACLETO, A. PRAZERES, A. S. G. **Novo coronavírus (COVID-19) e a crise econômica: impactos nas pequenas empresas**. v. 16, p. 169-174, 2020.
- ARAUJO, L. R. S.; et al. Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos. **Caderno de Saúde Pública**, v. 35 n. 11, p.1-3, 2019.
- ARRUDA, R. Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente e Sociedade**. v. 2, n. 5, p. 79-92, 1999.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 17 n. 2, p.1-32, 2019.
- BRASIL. **Lei 13.982**. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>, acesso em 12 de junho de 2020.
- CURVELO, E. B. C.; et al. As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do Paraná. **Revista Faz Ciência**, v. 18, n. 27, p. 118, 2016.
- IAPAR - INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ. **Cartas climáticas do Paraná**. Londrina: IAPAR, 2000.

- PARANÁ. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, **Decreto nº 4.388 de 30 de março**. 2020.
- FERREIRA, M. R.; et al. Terra inválida, gente invisível: o caso das comunidades rurais extrativistas do litoral paranaense. **Reflexões e interações**, p. 13-38, 2011.
- FERREIRA JUNIOR, R. R.; SANTA RITA, L. P. Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas. **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 2, COVID-19, p. 459, 2020.
- KERR, W. A. The COVID-19 pandemic and agriculture: Short and long run implications for international trade relations. **Canadian Journal of Agricultural Economics**, Special edition COVID-19. p. 1-8, 2020.
- MACHADO, B. S. M.; et al. Neoliberalismo em tempos de coronavírus ou coronavírus em tempos de neoliberalismo? **Revista brasileira de geografia econômica**, v. 9, n 18, p. 1-8, 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Corona Vírus**. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acessado dia: 23 de maio de 2020.
- OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMERCIO. **Trade in services in the context of covid-19**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/news_e/pres20_e/pr855_e.htm>. Acessado em: 04 de jun. 2020.
- OLIVEIRA, E. H. A. Coronavírus: prospecção científica e tecnológica dos fármacos em estudo para tratamento da Covid-19. **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 2 COVID-19, p. 412, 2020.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Coronavirus disease (COVID-19) Pandemic**. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>>. Acesso em jun. 2020.
- PARANÁ. **Informe Epidemiológico Coronavírus (COVID-19)**. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Coronavirus-COVID-19>, acesso em 11 de junho de 2020.
- RESENDE, A. L; SERRA, F. S. L. R. **Desafio atual é mobilizar recursos para a saúde**. Valor Econômico, ed. 27 de Março, p. 1-7, 2020.
- SERVILHA, M. M.; DOULA, S. M. O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. **Revista Faz Ciência**, v. 11, n. 13, p. 123-142, 2009.
- THULER, L. C. S.; MELO, A. C. Sars-CoV-2/Covid-19 em pacientes com câncer. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 66, n. 2, 2020.
- VASCONCELOS, C. S.; et al. O novo coronavírus e os impactos psicológicos da quarentena. **Desafios-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 7, n. Especial, p. 75-80, 2020.
- VERGARA, S. **Metodologia de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.
- ZHU, N.; et al. A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. **New England Journal of Medicine**, 2020